



Juliana Pereira

SIMULADO #4 2018  
Facebook: @profjulianapereira  
Instagram: @profjulianapereira

1. Sobre a disciplina das tutelas provisórias, assinale a alternativa correta.
  - a) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.
  - b) não pode ser concedida na sentença porque, do contrário, a tutela perderia a natureza de provisória.
  - c) A tutela de evidência somente será cabível quando a matéria for unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante.
  - d) A tutela provisória depende de caução e não pode ser deferida antes da citação do réu.
  - e) A tutela de evidência será concedida pelo juiz quando houver demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.
  
2. A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que no processo em que fique caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de
  - a) urgência antecipada incidental.
  - b) urgência cautelar incidental.
  - c) urgência antecipada antecedente.
  - d) urgência cautelar antecedente.
  - e) evidência.
  
3. José passa por sérios problemas de saúde e tem necessidade iminente de realizar uma cirurgia que, se não for efetivada num prazo de 48 horas, poderá levá-lo a óbito. É cliente de um convênio médico há mais de 20 anos e, ao solicitar autorização para essa cirurgia, recebeu negativa dizendo que o procedimento está fora da cobertura contratual. Nesse caso, o procedimento correto a ser requerido pelo advogado de José será:
  - a) deverá requerer uma tutela de evidência em caráter antecedente, uma vez que a urgência é contemporânea à propositura da ação.
  - b) poderá requerer tutela de urgência cautelar de forma antecedente e, após a concessão da liminar, terá 15 dias úteis para aditar a inicial.
  - c) deverá requerer tutela de urgência antecipada, necessariamente em caráter incidental, sendo que, caso não seja interposto recurso contra a liminar deferida, esta se estabilizará.
  - d) deverá requerer uma tutela cautelar incidental, uma vez que a urgência é contemporânea à propositura da ação.
  - e) poderá requerer tutela de urgência antecipada, sendo que, após o deferimento da liminar, o juiz concederá prazo de, no mínimo, 15 dias para que seja realizado o aditamento.
  
4. Considere as afirmações abaixo, a respeito do oficial de justiça.
  - I - certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.
  - II - Incumbe-lhe efetuar avaliações.
  - III - É civilmente responsável quando pratica ato nulo com dolo ou culpa.Quais estão corretas?
  - a) Apenas I.
  - b) Apenas III.
  - c) Apenas I e II.
  - d) Apenas II e III.
  - e) I, II e III.



Juliana Pereira

5. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições do Código de Processo Civil:

- a) As citações, intimações e penhoras podem ser realizadas durante as férias e feriados, desde que devidamente autorizadas pelo juiz.
- b) Na ausência de preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de cinco dias úteis o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) O juiz pode dilatar e reduzir os prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito, de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
- d) Nos processos que tramitam em segredo de justiça, pode o terceiro, se demonstrar interesse jurídico, requerer ao juiz certidão de inteiro teor da sentença, no caso de processo que tramite sob segredo de justiça.
- e) Pode o juiz, de ofício, declarar-se suspeito no processo por razões de foro íntimo, desde que de forma motivada.

6. Quanto aos atos processuais, lei as seguintes assertivas:

- (i) As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei, inclusive para o Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública.
  - (ii) O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário.
  - (iii) Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.
  - (iv) Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.
- a) I e III.
  - b) III e IV.
  - c) II e IV.
  - d) I, II e III.
  - e) I, II, III e IV.

7. No procedimento comum, é possível a cumulação de pedidos por parte do autor em sua inicial. Diante dessa informação, assinale a alternativa correta.

- a) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- c) A admissibilidade da cumulação dos pedidos não importa que tenha competência para conhecer deles o mesmo juízo.
- d) Os pedidos cumulados não necessitam ser compatíveis entre si, contudo, devem estar adequados ao mesmo procedimento.
- e) São requisitos de admissibilidade da cumulação que os pedidos sejam compatíveis entre si, somente.



Juliana Pereira

#### Gabarito

1. A
2. E
3. E
4. E
5. B
6. E
7. B

Seus sonhos determinam onde você quer chegar, mas são suas ações que determinam sua nomeação!

Professora *Juliana Pereira* 

Mestre em Direito pela FADISP/SP  
Pós-graduada em Direito Civil e Direito Público  
Especialista em concursos públicos